



EUROPEAN PARLIAMENT - Eurodeputada LILIANA RODRIGUES

GABINETE EUROPEU DA MADEIRA

Sessão Plenária de Estrasburgo

13 a 16 de Março de 2017

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 13 a 16 de Março

Sobre a Igualdade entre homens e mulheres

- Fonte 1: Exame.com - Março 2017
Link: <http://exame.abril.com.br/mundo/dia-internacional-da-mulher-igualdade-entre-homens-e-mulheres/>

Dia da Mulher: a igualdade entre homens e mulheres em 4 gráficos

Pesquisa global mostra que 26% das mulheres têm medo de lutar pela igualdade e que 24% das pessoas teme tocar nesse assunto

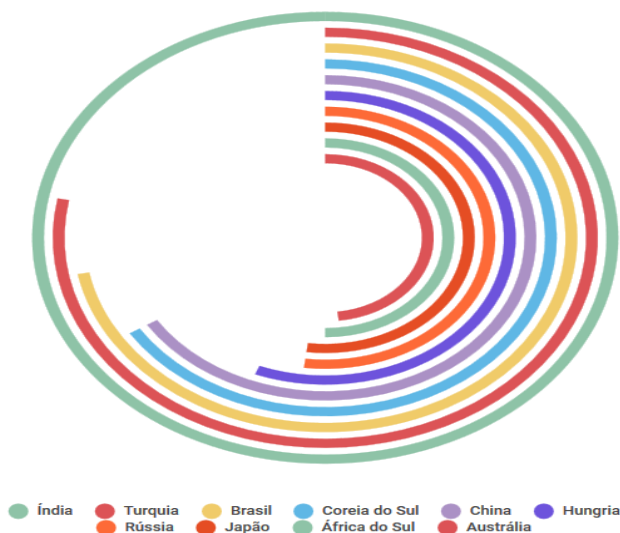
Autor: Gabriela Ruic

No Dia Internacional da Mulher, 26% das mulheres em todo o mundo têm medo de defender seus direitos e lutar pela igualdade de gêneros. Além disso, 18% da população mundial crê que as mulheres são inferiores aos homens.

Essas estatísticas são fruto de uma pesquisa global sobre feminismo divulgada pela Ipsos e que foi realizada em 24 países. Os números, compilados entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, não deixam dúvidas de que a igualdade de gênero é um objetivo longe de ser alcançado.

A questão do medo em falar publicamente em defesa dos direitos das mulheres foi um dos temas que a pesquisa abordou. Em todo o mundo, 24% das pessoas disse ter receio de tocar no assunto. A Índia é o país que reúne a maior percentagem de entrevistados com esse temor (50%), seguida da Turquia (39%) e do Brasil (36%).

Onde as pessoas mais temem falar sobre igualdade:



A cada 10 mulheres no mundo, quatro consideram não ter os mesmos direitos dos homens ou a liberdade para alcançar seus sonhos. E são as mulheres na Espanha, Japão, Coreia do Sul e Turquia as que mais discordam completamente da ideia de que existe igualdade em seus países. Veja abaixo:

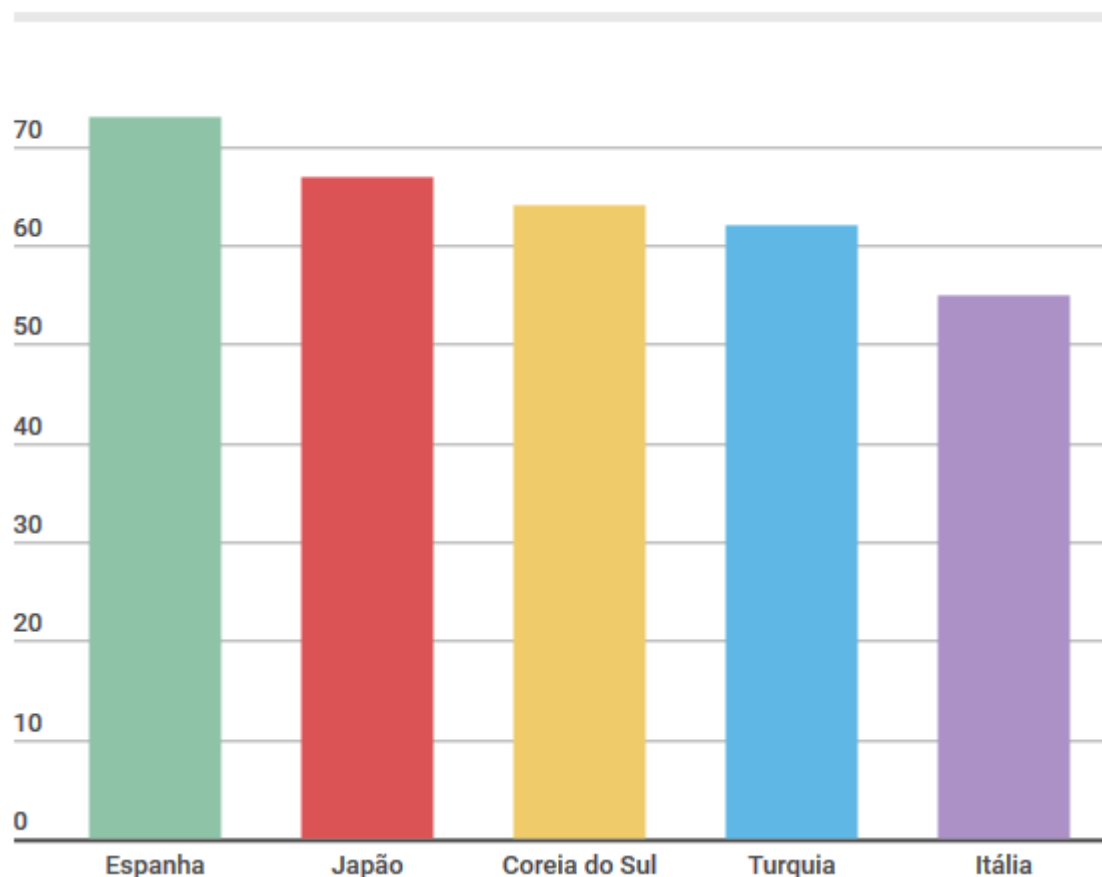
Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudmadeira.com

Os países onde as mulheres mais sentem a desigualdade:

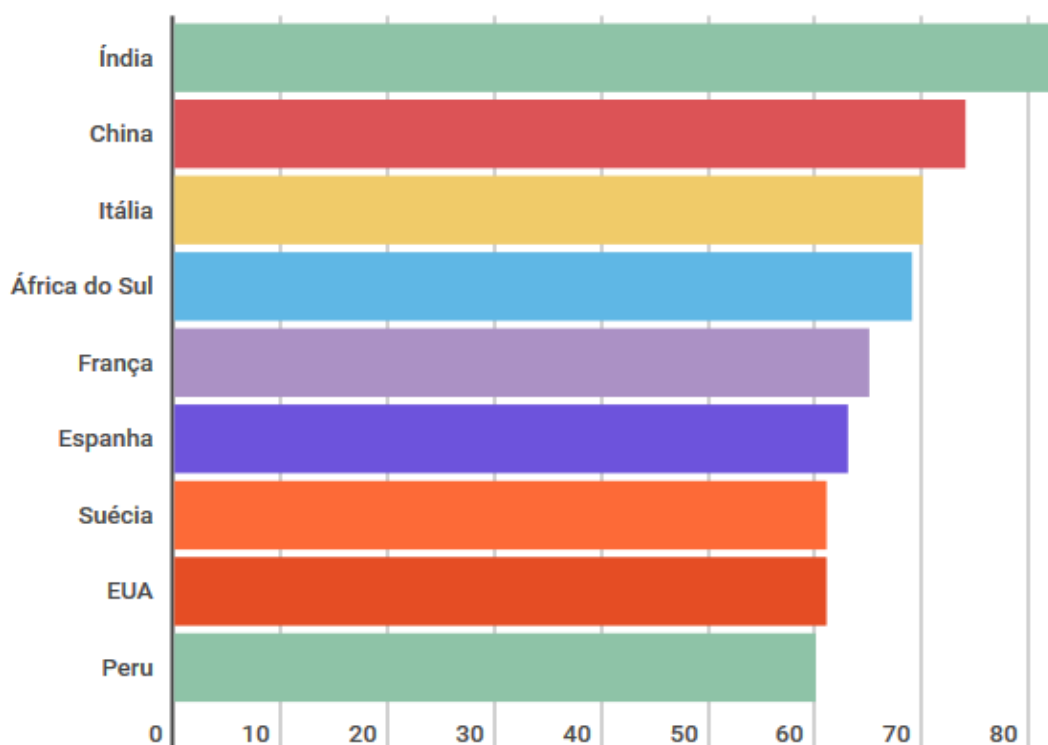


Curiosamente, 88% dos entrevistados em nível global disse acreditar que mulheres e homens deveriam ter as mesmas oportunidades. No entanto, 72% dessas pessoas avalia que essa igualdade não existe. Essa percepção é maior entre mulheres que entre homens: quase 80% delas crê que a desigualdade é uma realidade contra cerca de 65% deles.

Feminismo

Quando o tema é o feminismo, que a pesquisa considera ser a ideia de que mulheres e homens devem ter oportunidades iguais, 58% dos entrevistados se declarou "feminista", entre pessoas de todos os sexos. Veja abaixo quais países mais apoiam essa igualdade, pelo menos no discurso.

Os países mais feministas do mundo:

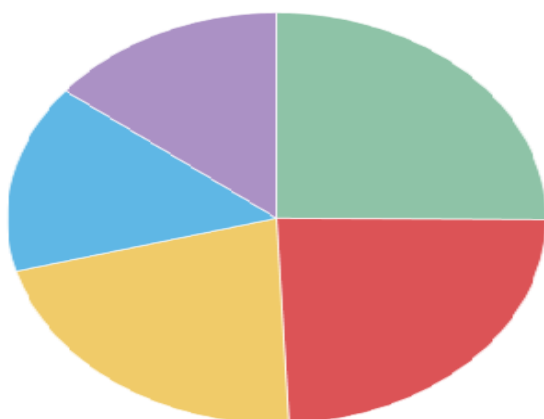


Fonte: FEMINISMO E IGUALDADE DE GÊNERO NO MUNDO - IPSOS GLOBAL

Apuração: Gabriela Ruic/EXAME.com

Aqui, no entanto, o estudo traz uma incoerência interessante. Enquanto Índia e China são os países "mais feministas" (com 83% e 74% das pessoas se designando dessa forma), há uma parcela considerável de pessoas que acredita que os homens são mais capazes que as mulheres: 56% e 48%, respectivamente.

Homens X Mulheres, capacidade:



● China ● Rússia ● Índia ● Coreia do Sul ● Japão

Liliana Kourrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

- **Fonte 2: Publico.pt - Março 2015**

Link: <https://www.publico.pt/2015/03/07/sociedade/noticia/a-europa-e-a-igualdade-entre-homens-e-mulheres-uma-historia-inacabada-1688275>

A Europa e a igualdade entre homens e mulheres: uma história inacabada

A Europa é um "bom sítio" para uma mulher viver, mas temos de envidar todos os esforços para que assim continue ou seja ainda melhor.

Opinião de Vera Jourová

Gostaria de aproveitar a oportunidade oferecida pelo Dia Internacional da Mulher (8 de março) para comemorar os progressos realizados nas últimas décadas no sentido de uma maior igualdade entre homens e mulheres. Estou convencida de que a Europa é um "bom sítio" para uma mulher viver, mas temos de envidar todos os esforços para que assim continue ou seja ainda melhor. O objectivo para os próximos anos é acabar com as desigualdades entre homens e mulheres: nenhuma mulher, na Europa, deverá ter dúvidas de que tem as mesmas oportunidades que um homem.

O meu objectivo neste domínio não é passarmos a ser todos iguais, mas ter a certeza de que homens e mulheres têm as mesmas oportunidades, direitos e liberdades.

Nove em cada dez europeus consideram a igualdade entre homens e mulheres um valor essencial para uma sociedade mais justa. Dois terços dos europeus consideram que há hoje, no seu país, menos desigualdade entre os homens e as mulheres do que na década passada.

Congratulo-me com o facto de os homens pretenderem ter uma maior participação em actividades que durante muito tempo foram consideradas "reservadas às mulheres". Os homens ficam felizes por poderem beneficiar de uma licença parental, algo que não ocorreria sequer aos seus próprios pais.

Mas continuam a registar-se situações de desigualdade. Cerca de três em cada cinco europeus consideram que as diferenças de tratamento entre homens e mulheres continuam a ser uma prática generalizada no seu país. Em Portugal 59% dos homens e 66% das mulheres acreditam que é esse o caso.

Partilho a opinião dos meus concidadãos europeus: a igualdade entre homens e mulheres não é um dado adquirido, temos ainda muito trabalho pela frente para garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades ou o mesmo reconhecimento que os homens.

As mulheres devem participar em todos os aspectos da vida em sociedade em condições de igualdade, incluindo os cargos de chefia, tanto nas empresas como no sector público.

A taxa de emprego das mulheres é, actualmente, de 62,5%, contra 74,3% no caso dos homens. Continua a ser mais difícil para uma mulher entrar no mercado de trabalho do que para alguém do sexo masculino. No entanto, a economia europeia precisa de todo o potencial e de todo o talento que as mulheres têm para oferecer. Não podemos desperdiçar esse talento.

Além disso, os salários das mulheres continuam a ser, em média, 13% inferiores aos dos homens. As mulheres são mais susceptíveis de aceitar um trabalho a tempo parcial ou de interromper as suas carreiras para cuidarem dos filhos ou de um familiar. Esta desigualdade continua a verificar-se no

caso das pensões de reforma das mulheres que são, em média, 39% mais baixas do que as dos homens.

Por último, gostaria de chamar a atenção para o fenómeno que é mais alarmante, a violência contra as mulheres. Na União Europeia, uma em cada três mulheres foi já vítima de violência física ou sexual. Esta situação é absolutamente inaceitável.

A igualdade entre homens e mulheres é uma das minhas principais prioridades enquanto comissária da Igualdade de Género.

Quero definir, nos próximos meses, formas de garantir um melhor acesso das mulheres ao mercado de trabalho e aos cargos de topo. A Comissão Europeia também se esforçará por que sejam oferecidas estruturas de acolhimento de crianças, de qualidade e em número suficiente, incluindo no pós-escolar, bem como apoio para as pessoas que cuidam de outros dependentes. Vamos avançar com muita determinação, tomando medidas efectivas para acabar com a violência contra as mulheres.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 13 a 16 de Março

Segunda-feira, dia 13

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre “A igualdade entre homens e mulheres na União Europeia em 2014-2015”.

Relator: Ernest Urtasun (Greens/EFA)

Comissão do Direito das Mulheres e Igualdade do Género

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- Apesar das mulheres atingirem, em média, um nível superior de educação em relação aos homens, a diferença salarial, na União Europeia (UE), entre ambos os géneros situava-se nos 16,1% em 2014.

- Mais de metade das vítimas femininas são assassinadas por parceiros ou por membros familiares; 33% das mulheres na UE experienciaram violência física e/ou sexual; 55% foram vítimas de assédio sexual, 32% delas no local de trabalho.

- Em 2015, apenas 6,5% dos presidentes e 4,3% dos CEOs da maioria das empresas listadas na bolsa eram mulheres.

- Em 2016, o Euro barómetro apontava para que 55% dos europeus gostaria que a UE interviesse mais na área da igualdade entre homens e mulheres.

- A Comissão Europeia (CE) estima que, mantendo o progresso atual, serão necessários mais 70 anos até a equidade salarial ser atingida; 40 anos até as atividades domésticas serem igualmente partilhadas; 30 anos até a taxa de empregabilidade feminina atingir os 70%; 20 anos até que o balanço do género, na política, seja atingido.

- Europa 2020 é um programa estratégico da UE, lançado em 2010, com o objetivo de criar condições para um crescimento inteligente, sustentado e inclusivo nos EM.

- **Processo de fontes:**

- Com o seguinte relatório, o relator pretende analisar o progresso - ou a falta dele - nos direitos da mulheres e igualdade do género na UE e nos seus Estados Membros (EM) nos anos 2014-2015.

- Pretende, também, contribuir com algumas recomendações políticas que ajudarão os decisores políticos da UE e os cidadãos europeus a contribuir para o avanço das metas nos direitos das mulheres e igualdade do género.

- Para trabalhar este relatório, o relator estabeleceu relações de trabalho com a Equipa de Relatores do Parlamento Europeu e com os investigadores do Instituto Europeu para a Igualdade do Género (EIGE - sigla internacional).

- Por motivos práticos, o relatório segue o mesmo formato de divisão de conteúdos que o relatório anual da Comissão sobre Igualdade do Género para o ano de 2015. O relator inclui alguns comentários tendo em conta a prestação dos EM, como descrito no relatório da CE e no Gender Index do EIGE.

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

- **Fontes de informação:** EIGE (2015), *Gender Equality Index 2015*; Base de dados do Eurostat; Eurostat, *Health Status Determinants Database*; Eurofound (2016), *First findings: Sixth European Working Conditions Survey*; Comissão Europeia, Bases de dados sobre processos de decisão de mulheres e homens; EIGE, *Poverty, gender and intersecting inequalities: Review of the implementations of an area e A: women and Poverty of the Beijing Platform for Action in the EU Member States*;

- **Gender Equality Index 2015:**

- O Gender Equality Index (GEI) é um instrumento que sintetiza a complexidade da igualdade de género numa ferramenta fácil de entender. As temáticas dividem-se pelos seguintes pontos: trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder e saúde. O GEI assinala os resultados entre os EM com 1, para totalmente desigual, e 100, para igualdade total. Mede, também, as diferenças entre os géneros mas tem em conta o contexto e o país observado nas áreas referidas.

- Inclui dados de 2005, 2010 e 2012. Durante este período o valor subiu de 51,3 (2005) para 52,4, um progresso lento desde 2005. O próximo GEI será publicado em Outubro de 2017, já com dados de 2015.

Estados Membros	INDEX	Estados Membros	INDEX
BE	58,3	LT	42,2
BG	38,1	LU	50,1
CZ	42,1	HU	42
DK	72,7	MT	42,4
DE	49,9	NL	69,1
EE	49,7	AT	49,1
IE	55,1	PL	43
EL	39,8	→ PT	→ 40,1
ES	53,7	RO	35
FR	55,9	SI	54,9
HR	40,1	SK	39,8
IT	39,6	FI	71,4
CY	42,6	SE	74,4
LV	45,3	UK	58,9
→ EU-28		→ 52,4	

Tabela 1: Gender Equality Index 2015

- **O Index por categoria:**

Trabalho: (página 25 do relatório)

- No domínio de trabalho, a taxa da média europeia está nos 61,9%, um valor que corresponde a uma subida de 0,8% em relação ao último relatório. A expectativa europeia será atingir os 75% até 2020. **Portugal: abaixo da média europeia, regrediu ligeiramente.**

- Esta categoria tem ainda mais duas subcategorias: Participação e Segregação e qualidade de trabalho. A média europeia nestas categorias é de 72,3% (+0.7) e 53,0% (+0.8), respetivamente.

- A taxa de empregabilidade das mulheres move-se cada vez mais perto do objetivo do Europa 2020. Em 2015 chegou aos 64% para as mulheres enquanto a dos homens estava nos 76%. Mesmo assim, quase um terço das mulheres (32%) trabalhava em part-time. 44% delas escolhe o part-time devido às obrigações familiares.

Dinheiro: (página 26 do relatório)

- No domínio do dinheiro, a taxa da média europeia está nos 67,8%, um valor que corresponde a uma subida de 3,7% em relação ao último relatório. **Portugal: abaixo da média europeia, apresentou uma ligeira melhoria.**

- Esta categoria tem ainda mais duas subcategorias: Recursos Financeiros e Situação Económica. A média europeia nestas categorias é de 58,0% (+5,8) e 79,1% (+0,4), respetivamente.

- No geral, as mulheres recebem menos do que os homens e têm rendimentos menores, incluindo pensões. A diferença salarial entre géneros, em 2012, situava-se nos 16,6%. No ano de 2014 este valor era de 16,1%, um avanço lento e pouco significativo. O agregado familiar ainda demonstra grande dependência do salário do homem.

Conhecimento: (página 27 do relatório)

- No domínio do conhecimento, a taxa da média europeia está nos 49,1%, um valor que corresponde a uma descida de 3,0% em relação ao último relatório. **Portugal: abaixo da média europeia, apresentou uma melhoria acentuada.**

- Esta categoria tem ainda mais duas subcategorias: Aprendizagem ao longo da vida e Realização e Segregação. A média europeia nestas categorias é de 42,5% (-6,4) e 56,7% (+1,1), respetivamente.

- A descida neste domínio deve-se à menor participação de adultos (entre os 15 e 74 anos) nos programas de Aprendizagem ao Longo da Vida. Em 2015, 43% das mulheres e 34% dos homens entre os 30 e os 34 anos tinham completado o ensino num grau universitário. O objetivo do Europa 2020 é de 40% para ambos os géneros.

Tempo: (página 28 do relatório)

- No domínio do tempo, a taxa da média europeia está nos 37,6%, um valor que corresponde a uma descida de 3,9% em relação ao último relatório. **Portugal: abaixo da média europeia, apresentou queda acentuada.**

- Esta categoria tem ainda mais duas subcategorias: Cuidados e Social. A média europeia nestas categorias é de 42,8% (+11,3) e 33,0% (-8,5), respetivamente.

- Este domínio apresenta o valor mais baixo entre os outros afirmando-se como um dos principais desafios: a divisão de tempo entre homens e mulheres. 77% das mulheres, comparado com apenas 24% dos homens, cozinham e executam tarefas domésticas todos os dias, pelo menos por uma hora.

Poder: (página 29 do relatório)

- No domínio do poder, a taxa da média europeia está nos 39,7%, um valor que corresponde a uma subida de 8,3% em relação ao último relatório. **Portugal: abaixo da média europeia, apresentou uma ligeira melhoria.**

- Esta categoria tem ainda mais duas subcategorias: Político e Económico. A média europeia nestas categorias é de 49,8% (+11,0) e 31,7% (+6,3), respetivamente.

- O poder político tem crescido lentamente mas de forma consecutiva. Entre 2005 e 2016, a fatia ocupada pelas mulheres no Parlamento Europeu cresceu dos 30% para os 37%. Maior preocupação existe em relação ao poder económico. Em 2015, apenas 4,3% dos CEOs da maioria das empresas listadas na bolsa eram mulheres.

Saúde: (página 30 do relatório)

- No domínio da saúde, a taxa da média europeia está nos 90,0%, um valor que corresponde a uma subida de 2,2% em relação ao último relatório. **Portugal: abaixo da média europeia, apresentou uma ligeira melhoria.**

- Esta categoria tem ainda mais duas subcategorias: Estado e Acessos. A média europeia nestas categorias é de 86,4% (+1,2) e 93,8% (+3,4), respetivamente.

- Em 2014, 46% das mulheres adultas (acima dos 18 anos) e 60% dos homens adultos na UE-28 tinham peso a mais (Índice de Massa Corporal (IMC) igual ou superior a 25). 17% dos homens e 16% das mulheres eram obesos (IMC igual ou superior a 30).

• Categorias não analisadas:

- **Violência:** esta categoria é identificada com um dos maiores falhas desde 2013 por não haver informações fidedignas para comparar a nível da UE. Análises mostram que os países com pontuações superiores no GEI, a violência contra as mulheres é vista como menos aceitável e as mulheres tem mais probabilidade de apresentar queixa. O compromisso da UE e os seus EM em erradicar a violência contra as mulheres necessita de ser apoiado e sustentando por evidências de forma sistematizada.

- **Interseção de desigualdades:** este domínio observa como é que os géneros se ligam com outros aspetos que podem influenciar as experiências na vida de homens e mulheres.

Links úteis: <http://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/mh0215616enn.pdf>
<http://ec.europa.eu/eu2020/pdf/COMPLET%20EN%20BARROSO%20%20%20007%20-%20Europe%202020%20-%20EN%20version.pdf>

Sessão Plenária de Estrasburgo - 13 a 16 de Março

Sobre os movimentos de refugiados e de migrantes: o papel da ação externa da UE

- Fonte 1: Europa.eu - Julho 2016

Link: <http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/refugee-crisis/pt/>

A UE e a crise dos Refugiados

Nos últimos dois anos, a Europa tem vindo a sofrer a maior deslocação de pessoas em massa desde a Segunda Guerra Mundial. Mais de um milhão de refugiados e migrantes chegaram à União Europeia, a grande maioria fugindo da guerra e do terror na Síria e noutros países conturbados. A UE adotou uma série de medidas para fazer face a esta crise. Algumas das medidas consistem em tentar resolver as causas profundas da crise, bem como, em grande medida, aumentar a ajuda às pessoas necessitadas de assistência humanitária, tanto no interior como no exterior da UE. Estão a ser tomadas medidas para a recolocação dos requerentes de asilo que já se encontram na UE, a reinstalação de pessoas necessitadas de países vizinhos e o regresso das pessoas que não reúnem as condições para beneficiar de asilo. A UE está a melhorar a segurança nas fronteiras com uma nova guarda costeira e de fronteiras, que luta contra o tráfico de pessoas e proporciona formas seguras de entrada legal na UE.

O que é a crise dos refugiados?

Muitas pessoas em situação vulnerável estão a chegar à UE em busca de asilo. Esta é uma forma de proteção internacional concedida às pessoas que fogem dos seus países de origem e que não podem regressar por existir um receio fundado de perseguição. A UE tem a obrigação legal e moral de proteger quem precisa. Os Estados-Membros são responsáveis pela análise dos pedidos de asilo e por decidir quem beneficiará de proteção.

Mas nem todas as pessoas que chegam à Europa necessitam de proteção. Muitos deixam o seu país de origem na tentativa de melhorar as suas condições de vida. Estas pessoas são frequentemente referidas como migrantes económicos e, se não virem os seus pedidos de asilo deferidos, os governos nacionais têm a obrigação de os reenviar para o país de origem ou para qualquer outro país seguro pelo qual tenham passado.

Milhares de pessoas morreram no mar tentando alcançar a UE. Quase 90% dos refugiados e migrantes pagaram a grupos do crime organizado e passadores para os fazerem atravessar fronteiras. Consequentemente, são conhecidos como migrantes «em situação irregular», ou seja, que não entraram no território da UE por meios legais.

O fornecimento de alimentos, água e abrigo a estas pessoas constitui uma enorme pressão sobre os recursos de alguns Estados-Membros da UE. É, em especial, o caso da Grécia e da Itália, os países onde chega a grande maioria dos refugiados e dos migrantes que entra pela primeira vez na UE. Muitas destas pessoas pretendem alcançar posteriormente outros países da UE, como a Alemanha

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

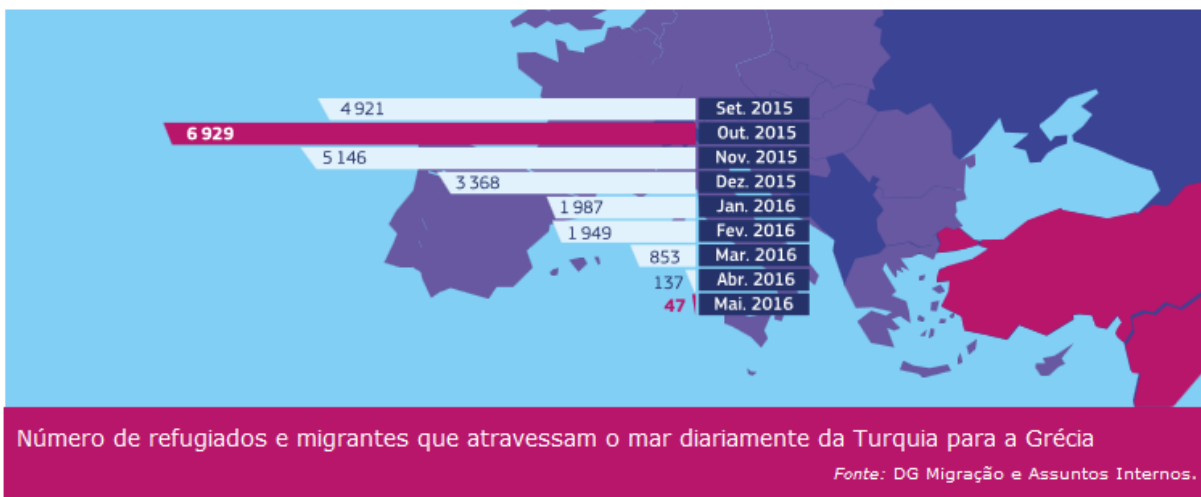
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

ou a Suécia. Esta situação tem causado problemas nos Estados-Membros que os migrantes atravessam para chegar ao seu destino final, por exemplo, na Croácia, na Hungria, na Áustria e na Eslovénia.

Numa grande parte da UE — o espaço Schengen — as pessoas podem circular livremente sem controlos nas fronteiras internas, mas o fluxo de refugiados levou alguns Estados-Membros a restabelecerem os controlos nas suas fronteiras com outros países da UE. Assim como o afluxo de migrantes afeta alguns Estados-Membros mais do que outros, o número de pedidos de asilo não está distribuído de forma uniforme entre eles. Em 2015, 75% dos pedidos de asilo foram registados em apenas cinco Estados-Membros (Alemanha, Hungria, Suécia, Áustria e Itália).

A UE chegou recentemente a um acordo com a Turquia para travar o fluxo descontrolado de migrantes através de uma das principais rotas no mar Egeu. O acordo também prevê vias legais para a entrada de refugiados na Europa. Consequentemente, o número de refugiados e migrantes provenientes da Turquia foi significativamente reduzido. De um pico de cerca de 7 000 pessoas por dia em outubro de 2015, o número médio de chegadas foi reduzido para 47 por dia até ao final de maio de 2016.

Em setembro de 2015, uma média de 4 921 refugiados e migrantes atravessou diariamente o mar entre a Turquia e a Grécia. Em outubro, esse número atingiu um pico de 6 929, tendo diminuído para 5 146 em novembro, 3 368 em dezembro, 1 987 em janeiro de 2016, 1 949 em fevereiro, 853 em março, 137 em abril e 47 em maio.



O que faz a UE?

Cinco Estados-Membros da UE receberam três quartos dos pedidos de asilo em 2015. A Alemanha recebeu 476 510 pedidos, a Hungria recebeu 177 135, a Suécia recebeu 162 450, a Áustria recebeu 88 160, a Itália recebeu 84 085 e os outros 23 países da UE receberam 333 260.

Assistência humanitária e ajuda ao desenvolvimento

No total, a UE afetou mais de 10 mil milhões de euros do seu orçamento para fazer face à crise dos refugiados em 2015 e 2016. Muitas pessoas chegam à UE a necessitar de bens tão básicos como água potável, alimentos e abrigo. A UE está a financiar projetos para dar resposta às necessidades humanitárias mais urgentes dos 50 000 refugiados e migrantes acolhidos na Grécia desde maio de 2016.

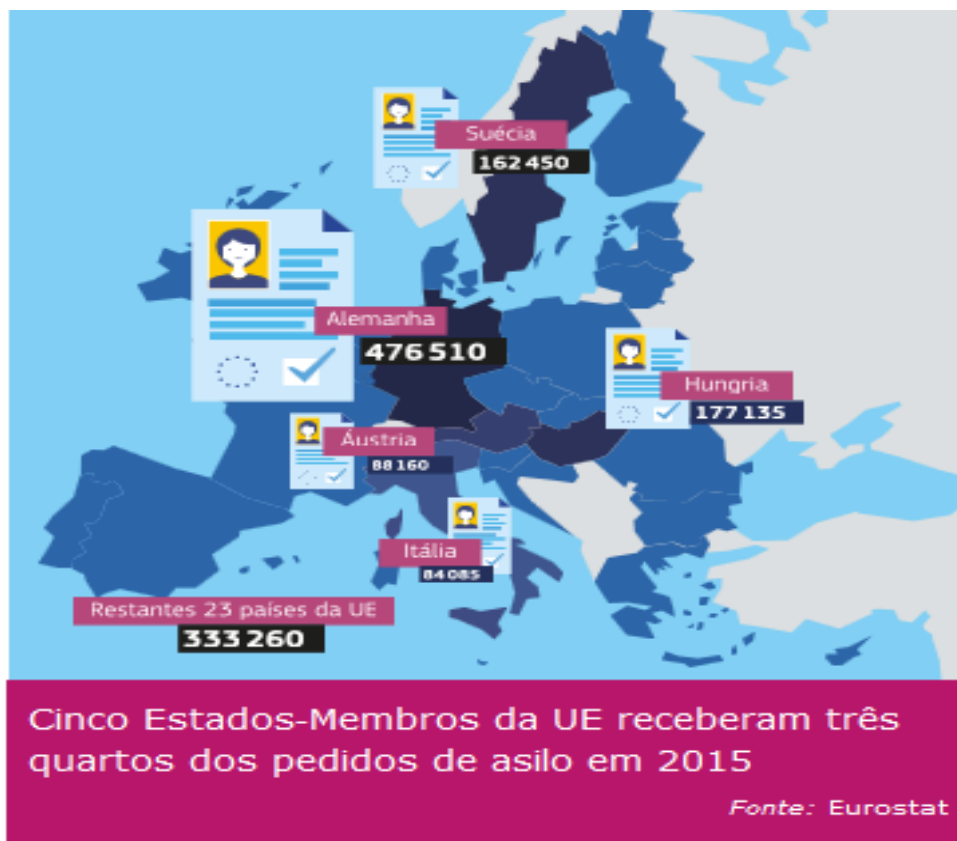
Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Além disso, a UE presta ajuda humanitária aos refugiados e migrantes em países fora da UE, como a Turquia, o Líbano, a Jordânia e o Iraque. A Turquia acolhe, de longe, o maior número de refugiados — cerca de 3 milhões de pessoas no total, 2,5 milhões dos quais são sírios. Para apoiar os refugiados na Turquia, a UE e os seus Estados-Membros vão consagrar 6 mil milhões de euros através de um mecanismo específico, entre 2016 e 2018.



Salvar vidas no mar e proteger as fronteiras da UE

A UE aumentou a sua capacidade de realização de operações de busca e salvamento no Mediterrâneo e de combate às redes criminosas. Ao triplicar os recursos disponíveis, ajudou a salvar mais de 250 000 vidas em 2015.

Os Estados-Membros da UE acordaram, em junho de 2016, a criação de uma nova Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia para reforçar a gestão e a segurança das fronteiras externas comuns da UE.

O Serviço Europeu de Polícia abriu um novo Centro Europeu contra a Introdução Clandestina de Migrantes, para apoiar os Estados-Membros no desmantelamento das redes criminosas envolvidas no tráfico organizado de migrantes.

Recolocação, reinstalação e regresso

Com base numa proposta da Comissão Europeia, os Estados-Membros acordaram pela primeira vez na recolocação de 160 000 requerentes de asilo da Grécia e de Itália noutros Estados-Membros da UE até setembro de 2017. No entanto, em julho de 2016, apenas 3 000 requerentes de asilo tinham sido recolocados. Os governos nacionais têm de acelerar o ritmo deste regime para ajudar as pessoas que necessitam de proteção.

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

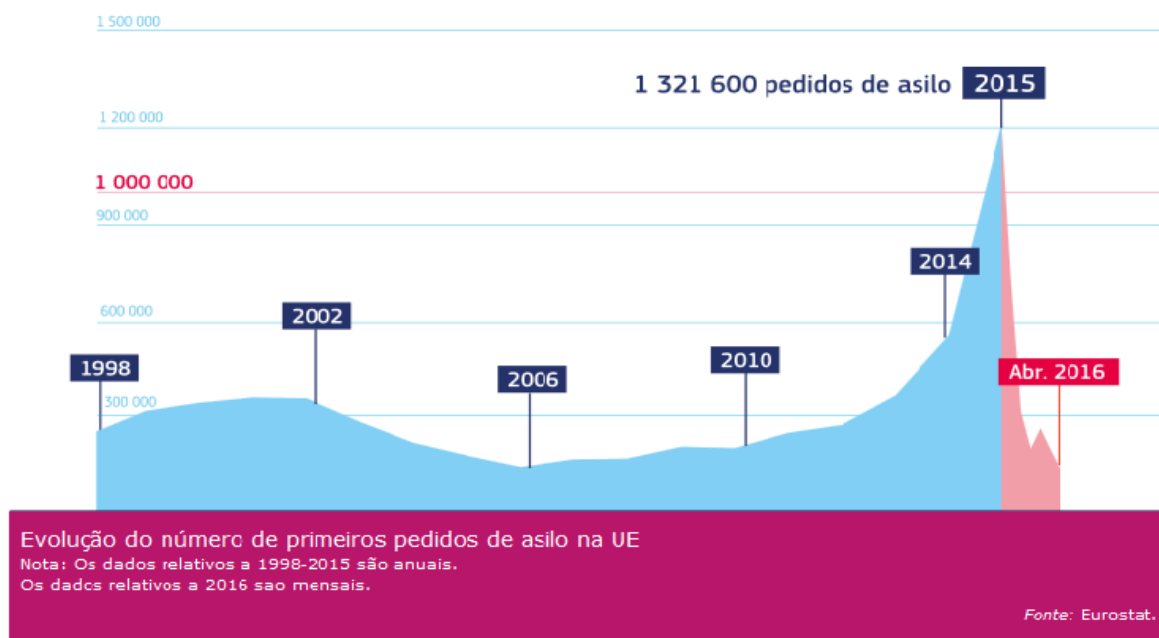
A UE também pretende criar vias seguras e legais para os requerentes de asilo que entram na UE, de modo a que não tenham de pôr em risco as suas vidas e as poupanças de toda uma vida recorrendo a passadores e traficantes. Existe um programa de reinstalação voluntária acordado pelos Estados-Membros da UE que prevê a transferência de 22 500 pessoas provenientes do exterior da UE para um Estado-Membro da UE.

A UE tem vindo a aumentar a taxa de regresso ao país de origem dos migrantes em situação irregular e sem direito a permanecerem na UE. Os Estados-Membros acordaram em aplicar as regras em matéria de regresso de forma mais ativa, e a Agência de Fronteiras da UE ajudará a coordenar os voos de regresso.

Acordo com a Turquia

A UE e a Turquia acordaram, em março de 2016, que os migrantes em situação irregular e os requerentes de asilo que chegam às ilhas gregas provenientes da Turquia regressem à Turquia. Por cada sírio regressado à Turquia proveniente das ilhas gregas após uma travessia irregular, a UE aceitará um sírio proveniente da Turquia que não tenha tentado fazer esta viagem de forma ilegal. Foram encetadas operações de regresso a partir das ilhas gregas para a Turquia, em paralelo com voos de reinstalação, diretamente da Turquia para os Estados-Membros da UE.

Em 1998, registaram-se 313 645 primeiros pedidos de asilo na UE. Em 2002, este número tinha aumentado para 421 470, antes de diminuir novamente para 197 410 em 2006. Em 2010, registou-se um aumento para 259 400. Aumentou ainda para 626 960 em 2014 e para 1 321 600 em 2015. Nos primeiros quatro meses de 2016, os números foram de 94 020 em janeiro, 106 770 em fevereiro, 98 580 em março e 86 285 em abril.



Travar a migração irregular descontrolada

A UE criou centros de acolhimento na Grécia e em Itália para ajudar as autoridades destes países a gerirem os fluxos migratórios. Além disso, enviou peritos para ajudar a registar as pessoas que chegam e coordenar o regresso de alguns migrantes ao seu país de origem.

A UE estudará também a criação de parcerias com os países de origem dos refugiados e dos migrantes a fim de salvar vidas, aumentar o número de regressos, permitir aos migrantes e refugiados ficarem mais próximos da sua origem e, a longo prazo, ajudar no desenvolvimento desses países, a fim de combater as causas profundas da migração irregular. A UE propõe consagrar 8 mil milhões de euros a este programa no período até 2021.

Reformar as regras da UE em matéria

Embora a UE tenha começado a desenvolver uma política comum de asilo em 1999, as regras não foram concebidas para fazer face à chegada de uma grande quantidade de pessoas num curto espaço de tempo. A Comissão tem agora sobre a mesa novas propostas para rever a legislação vigente, em conformidade com as necessidades atuais e futuras. O princípio fundamental mantém-se o mesmo — as pessoas devem apresentar um pedido de asilo no primeiro Estado-Membro da UE em que entram, a menos que tenham família noutros países — mas, sempre que um Estado-Membro esteja sobrecarregado, deve haver solidariedade e partilha equitativa de responsabilidade no seio da UE.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 13 a 16 de Março

Terça-feira, dia 14

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre o tema “Enfrentar os movimentos de refugiados e de migrantes: o papel da ação externa da UE”.

Relator: Elena Valenciano (S&D) e Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE)
Comissão dos Assuntos Externos e Comissão do Desenvolvimento

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- A migração constitui um direito humano consagrado no artigo 13.º da Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas. As pessoas devem ter o direito de viver a sua vida no seu país de origem e na região em que nasceram e foram criadas e em que têm as suas raízes culturais e sociais;

- Estima-se que atualmente existem 244 milhões de migrantes internacionais, tanto voluntários como involuntários.

- Segundo o ACNUR, em 2015, 65,3 milhões de pessoas (número sem precedentes) – incluindo 40,8 milhões de pessoas deslocadas internamente e 21,3 milhões de refugiados – continuavam a estar deslocadas à força devido a conflitos, violência, violações dos direitos humanos, violações do direito internacional humanitário e desestabilização.

- 6,7 milhões de refugiados vivem em situações de deslocação prolongada; a duração média estima-se nos 26 anos.

- 86 % dos refugiados de todo o mundo vivem em regiões pobres e 26 % do número total são acolhidos pelos países menos desenvolvidos.

- **Processos de Fontes:**

- Com o seguinte relatório, os relatores apresentam uma noção geral sobre os movimentos de refugiados e de migrantes e apontam à necessidade da União Europeia desenvolver uma ação abrangente e baseada nos seus princípios para fazer face aos desafios da mobilidade. Refere também que o melhoramento da gestão das migrações internacionais é uma responsabilidade global.

- Apresenta, também, um conjunto de necessidades em relação à política de ação externa da UE e das suas parcerias com países terceiros e dá uma visão geral sobre os meios de ação adequados para combater esta crise.

- No relatório, os relatores apelam à criação de uma verdadeira política de migração europeia comum e assente nos direitos humanos e no princípio da solidariedade entre os Estados-Membros, tal como consagrado no artigo 80.º do TFUE, de molde a garantir a segurança das fronteiras externas da UE e a criar vias legais adequadas para uma migração segura e ordenada, ou seja, uma política sustentável a longo prazo de promoção do crescimento e da coesão na UE, a fim de definir um quadro claro para as relações da UE com os países terceiros.

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

- **Parecer da Comissão dos Orçamentos:**

- Regozija-se com a proposta da Comissão relativa a um novo Plano de Investimento Externo Europeu, que coloca uma nova ênfase no investimento para apoiar o desenvolvimento económico e social nos países vizinhos da UE e em África, e insiste na necessidade de recorrer a uma adição sistemática, tanto no que se refere à escolha das políticas que beneficiam de apoio como no que se refere à sua execução financeira; espera que o plano de investimento promova o desenvolvimento sustentável sem comprometer os direitos humanos, a atenuação das alterações climáticas e a boa governação e que seja garantida uma gestão transparente do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável e dos seus projetos.

- Todos os Estados-Membros devem honrar os compromissos financeiros que assumiram em relação à Síria e aos refugiados.

- **Parecer da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos:**

- Salienta que as pessoas deslocadas em situação de vulnerabilidade, como as mulheres, as crianças ou as pessoas LGBTI, enfrentam um risco acrescido de discriminação, exploração e abusos ao longo das rotas migratórias, pelo que é necessário conceder-lhes apoio e proteção especiais;

- Apela à Comissão para que, em coordenação com os Estados-Membros, promova campanhas de sensibilização, nos países de origem e de trânsito, sobre os riscos da migração de crianças e da exploração por grupos ligados à criminalidade organizada

- Recorda a importância da cooperação com os países terceiros na luta contra os passadores e o tráfico de seres humanos, para que as redes possam ser desmanteladas o mais a montante possível; salienta, neste contexto, a necessidade de reforçar a cooperação judiciária e policial com esses países, a fim de identificar e desmantelar tais redes;

- Apela à União Europeia para que dê apoio à formação das autoridades responsáveis pelo controlo das fronteiras nos países terceiros limítrofes, nomeadamente nos países de trânsito dos principais fluxos migratórios que se deslocam para a Europa;

- Exorta a UE a contribuir para a melhoria das condições de vida nos campos de refugiados na Jordânia e no Líbano, países que acolhem atualmente mais de 1.800.000 refugiados.

- Até 2050, estima-se que mil milhões de pessoas poderão ser obrigadas a deslocar-se devido às alterações climáticas e que mais de 40% da população mundial viverá em zonas onde é grave a escassez dos recursos hídricos.

Links úteis:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A8-2017-0045+0+DOC+PDF+V0//PT>